

**LUTA DE CLASSES, MEMÓRIA E REPRODUÇÃO
CAMPONESA: A QUESTÃO DA LUTA PELA TERRA NO
ASSENTAMENTO CANGUSSU – BA**

**LUCHA DE CLASES, MEMORIA Y REPRODUCCIÓN
CAMPESINA: LA CUESTIÓN DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN
EL ASENTAMIENTO CANGUSSU – BA**

**FIGHT OF CLASSES, MEMORY AND CAMPONESE
REPRODUCTION: THE ISSUE OF THE STRUGGLE FOR THE
LAND IN THE SETTLEMENT OF CANGUSSU – BA**

Aline Farias Fialho¹
alineffialho@yahoo.com.br

João Diógenes Ferreira dos Santos²
jdiogenes69@gmail.com

Suzane Tosta Souza³
suzanetosta@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho teve como principal objetivo refletir como as relações existentes entre reprodução camponesa, luta pela terra e memória, a partir da realidade apresentada no Assentamento Cangussu, localizado no município de Barra do Choça – BA, fornecem elementos para a compreensão da centralidade da luta de classes na sociedade contemporânea. O processo de ocupação das terras que culminaram na construção do Assentamento Cangussu, analisado por meio da memória que estes assentados apresentam, permite-nos afirmar que a luta pela terra é uma das expressões da luta de classes no campo e se configura como uma forma de oposição aos interesses da classe dominante para o campo brasileiro, manifestada, também, no plano da memória.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB). Vinculada ao Grupo de Pesquisa: Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço (LEAU/UESB-CNPq).

² Professor doutor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB).

³ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UESB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço (LEAU/UESB-CNPq). Pesquisadora do Grupo: Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (UFS/CNPq).

Palavras-chave: Luta de classes; Luta pela terra; Reprodução camponesa; Memória.

RESUMEN: El presente trabajo tuvo como principal objetivo reflexionar cómo las relaciones existentes entre la reproducción campesina, lucha, por la tierra y la memoria, a partir de la realidad presentada en el Asentamiento Cangussu, ubicado en el municipio de Barra do Choça – BA, proporcionando elementos para la comprensión de la centralidad de la lucha de clases en la sociedad contemporánea. El proceso de ocupación de las tierras que culminaron en la construcción del Asentamiento Cangussu, analizado a través de la memoria que estos asentados presentan, nos permite afirmar que la lucha por la tierra es una de las expresiones de la lucha de clases en el campo y se configura como una forma de oposición a los intereses de la clase dominante para el campo brasileño, manifestada, también, en el plano de la memoria.

Palabras-clave: Luch de clases; Lucha por la tierra; Reproducción campesina; Memoria.

ABSTRACT: The present paper has, as main objective, to reflect how the existent relations between peasant reproduction, struggle for land and memory, from the reality presented in the Cangussu Settlement, located in the of Barra do Choça city, at BA, provide elements for the understanding of the centrality of the struggle of classes in modern society. The process of land occupation that culminated in the construction of the Cangussu Settlement, analyzed through the memory that these settlers present, allows us to affirm that the struggle for land is one of the expressions of the class struggle in the countryside that configures itself as a form of opposition to the interests of the bossy class for the Brazilian countryside, also manifested in the memory plane.

Keywords: Class struggle; Struggle for land; Peasant reproduction; Memory.

INTRODUÇÃO

A análise do espaço agrário a partir da luta de classes é um caminho fundamental para o entendimento das contradições que configuram a relação capital *versus* trabalho no sistema capitalista, intensificada a partir da década de 1970, por meio da crise estrutural do capital. Definida por Mészáros (2011) como uma crise que afeta a estrutura radical do modo de reprodução sociometabólico do capital, tal crise é caracterizada pelo seu “caráter global” (no sentido de atingir todas as esferas necessárias ao processo de acumulação), apresentando um “escopo universal” (ou seja, engloba o conjunto de países do globo) e possui “escala de tempo extensa” ou “permanente” (isto é, sua abrangência não é limitada e nem “cíclica”), atingindo, dessa forma, a totalidade do complexo social, “em todas as suas relações” (MÉSZÁROS, 2011, p. 3-4).

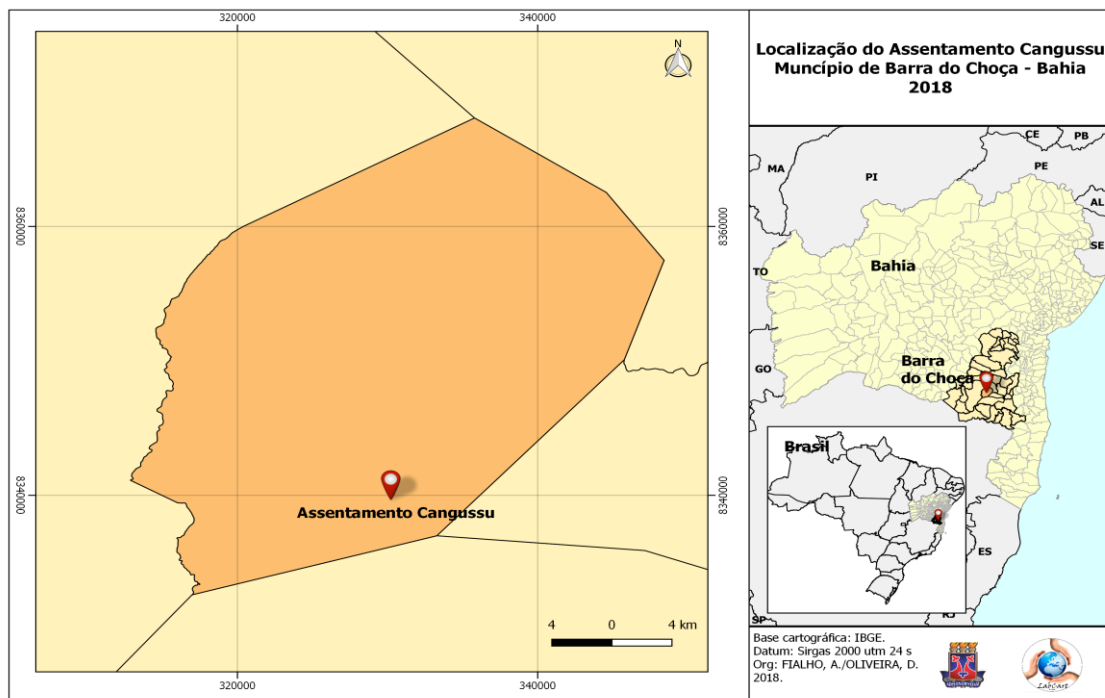
Na tentativa de mitigar os efeitos “negativos” que solapam a sua constante valorização do valor, o capital coloca em andamento um processo de reestruturação de seu paradigma produtivo. Essa reestruturação, primeiramente evidenciada “no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão”, (ALVES, 2007, p. 155) reorganiza em diversas dimensões a produção agrícola mundial.

No Brasil, esse processo assume relevância a partir da década de 1990, período em que a precarização do trabalho do proletariado rural e do campesinato, o crescimento da concentração de terra e a atuação do Estado em sua fase neoliberal, seguindo os ditames de organismos internacionais de controle (tais como o Banco Mundial – BM e o Fundo Monetário Internacional – FMI), se agudizam (ANTUNES, 1999).

A dinâmica de reorganização do capital vai transformando assim o espaço agrário brasileiro a sua imagem e semelhança, garantindo a “manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada e a precarização das condições de trabalho” dos sujeitos que dependem da terra para sobreviver (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 121).

Entende-se que as relações que constituem o Assentamento Cangussu, localizado no município de Barra do Choça – BA (figura 1), materializam, na essência, tal dinâmica de reorganização do capital, sobretudo no que se refere ao acirramento da luta de classes numa conjuntura marcada pela intensificação da acumulação capitalista no espaço agrário deste município, decorrente da expansão da monocultura do café (SOUZA, 2008).

Figura 1: Mapa de localização do Assentamento Cangussu no Município de Barra do Choça – BA



Fonte: OLIVEIRA, Débora Paula de Andrade; FIALHO, Aline Farias. Bases Cartográficas do Laboratório de Cartografia UESB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

Assim, observamos que o contexto de construção do Assentamento Cangussu – BA é indissociável das contradições e dos conflitos gerados pela expansão da monocultura

do café no município, processo que ocorreu de forma mais efetiva em 1970, por meio de diretrizes do governo federal que visavam identificar as áreas mais favoráveis ao plantio de café na Bahia (SOUZA, 2008).

A implantação do café em Barra do Choça gerou profundas reestruturações no que concerne à configuração do espaço agrário do município, entre as quais destacam-se a formação de um proletariado rural precarizado e uma crescente dinâmica de valorização e titulação de terras que culminou na expropriação violenta de um grande número de camponeses (SOUZA, 2008).

Dessa forma, entende-se que a questão da inserção do município de Barra do Choça no circuito do café manifesta as contradições referentes ao modo capitalista de produção. O dito processo de “desenvolvimento”, difundido pelas classes hegemônicas não só no município, mas em todo o país, reproduz de maneira contraditória o subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003), expresso, nesse caso específico, pela contradição entre a riqueza produzida pelas lavouras cafeeiras e a precarização da vida de camponeses e do proletariado rural.

É nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho que se constata a intensificação da luta de classes em Barra do Choça. Camponeses e proletários rurais aliados do processo de “desenvolvimento” veem, na luta pela terra e pelo trabalho, a saída para sua condição de precariedade.

A consolidação de frentes de mobilização política no município ocorreu, de maneira mais efetiva, em meados da década de 1990, com destaque para o processo de luta pela terra que culminou, no dia 1º. de junho de 1997, na ocupação das terras que atualmente constituem o Assentamento Cangussu (SOUZA, 2008). Todo o processo de luta camponesa realizado para a conquista deste assentamento conforma uma memória de enfrentamento desses sujeitos, revelando que a contradição entre capital *versus* trabalho expressa na luta de classes se manifesta, também, no plano da memória.

Assim, considerar os conflitos por terra e trabalho realizados historicamente pelo campesinato no Brasil e, em especial, pelos camponeses do Assentamento Cangussu em Barra do Choça, como uma das formas de expressão da totalidade concreta da luta de classes, bem como entender a própria conformação da memória da luta pela terra apresentada pelos assentados do Cangussu – BA como uma dimensão importante de tais conflitos, permitem a compreensão de que a dinâmica existente entre reprodução

camponesa e memória materializam os antagonismos e resistências do campesinato contra a atuação da classe dominante no campo. Refletir sobre tais aspectos é o objetivo central deste artigo.

No intuito de entender as relações existentes entre luta de classes, reprodução camponesa e memória a partir da realidade no Assentamento Cangussu, compreendendo que esta realidade é indissociável da totalidade concreta da sociedade, realizou-se uma reflexão teórica das principais categorias que norteiam a discussão deste artigo. Também foram realizadas entrevistas com 20 famílias camponesas que participaram do processo de ocupação do assentamento, no sentido de entender, com base na memória da luta pela terra que tais sujeitos apresentam, a permanência e a complexidade da luta de classes no capitalismo, sobretudo no espaço agrário baiano.

A QUESTÃO DA CENTRALIDADE DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO BRASILEIRO

A luta de classes não é uma particularidade de todo o desenvolvimento histórico da sociedade. Os períodos anteriores à constituição da fase da civilização⁴ que marcam o avanço do desenvolvimento produtivo da sociedade caracterizados, sobretudo (embora não unicamente), pela propriedade comum primitiva, pela *gens*⁵ e pela inexistência do Estado, não possuíam antagonismos de classe (ENGELS, 2000).

No entanto, com as alterações relacionadas ao conjunto de condições materiais vivenciados pela sociedade na passagem da selvageria para a barbárie, tem-se o surgimento de uma divisão de classes, fundamentada no avanço da divisão social do trabalho, no acúmulo e apropriação desigual de riquezas e na propriedade privada (ENGELS, 2000).

Nesse sentido, destaca-se que, mesmo antes da constituição do capitalismo, a questão da luta de classes já era um aspecto importante para o entendimento da sociedade. A consagração da propriedade privada e a consolidação da dinâmica de produção e

⁴ Conforme apontado por Engels (2000), o quadro de desenvolvimento da humanidade que evidencia o próprio grau de desenvolvimento do trabalho apresenta as seguintes fases históricas: o estado selvagem, a barbárie e a civilização. Para Engels (2000), tais fases históricas manifestam como a sociedade tem produzido e reproduzido materialmente sua condição de existência ao longo da história.

⁵ De acordo com Engels (2000), a *gens* pode ser definida como um “círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina que não podem casar entre si” (ENGELS, 2000, p. 58). Tratava-se de uma forma de família que se reproduzia socialmente na propriedade comum primitiva e apresentava uma organização baseada em grupos de interesses comuns. Destaca-se, ainda, que esta forma de família tinha como pressuposto importante a produção voltada para a sobrevivência da mesma, não havendo, portanto, a produção de excedentes e sua decorrente comercialização e acúmulo de riqueza (ENGELS, 2000).

distribuição desigual da riqueza geraram antagonismos irreconciliáveis no interior da própria sociedade, a saber, os conflitos desenvolvidos a partir dos interesses divergentes presentes nas classes sociais.

Assim, seguindo esta mesma perspectiva, Marx e Engels (2005) afirmam que “a história [escrita] de todas as sociedades até hoje existentes”, isto é, após o surgimento da propriedade privada e os antagonismos citados, “é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). No entanto, segundo os autores, é com a ascensão da sociedade burguesa que a questão da luta de classes fica ainda mais evidente; é no conflito direto entre proletariado⁶ e burguesia⁷ que o proletariado, como classe revolucionária, instituirá uma forma de sociabilidade não mais fundamentada na exploração do trabalho pelo capital (MARX; ENGELS, 2005).

O desenvolvimento da luta de classes, segundo análises realizadas por Engels (2000), Marx e Engels (2005) e Marx (2008; 2011), permeia dois aspectos analíticos centrais indissociáveis: o primeiro refere-se ao movimento histórico da sociedade, que expressa o próprio conteúdo da luta de classes; o segundo, a determinadas condições materiais do desenvolvimento da sociedade, a saber, as relações de produção, que constituem a base da luta de classes. Quanto ao primeiro aspecto, Marx e Engels (2005) concluem, em proposições teóricas, que o movimento histórico da sociedade apresenta como conteúdo marcante os antagonismos existentes entre as classes sociais (MARX; ENGELS, 2005). Assim,

Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Nesse sentido, Marx e Engels (2005) consideram que os conflitos existentes entre as classes sociais são o cerne do conteúdo histórico de desenvolvimento das sociedades. Os diferentes interesses que orientam as práticas das classes geram conteúdos históricos

⁶ De acordo com Marx e Engels (2005), o proletariado pode ser entendido como “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (p. 40).

⁷ De acordo com Marx e Engels (2005), a burguesia pode ser definida como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado” (p. 40).

diversificados e, assim, pode-se afirmar que “a história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas” (MARX; ENGELS, 2005, p. 57).

Evidentemente, ressalta-se que a luta de classes, conteúdo do próprio movimento histórico da sociedade, não ocorre fora de uma base material. Assim, apontamos o segundo aspecto que consideramos central para o debate acerca do conflito entre classes sociais: as mudanças nas relações de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais, condicionam a luta de classes.

Acerca deste aspecto, Marx (2008) pontua que o modo de produção da vida material é o ponto de partida para o entendimento das relações sociais. Dessa forma,

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Nesse sentido, consideramos que os conflitos existentes entre as classes estão relacionados à totalidade das relações de produção. O modo de produção da vida material se expressa, também, no processo de luta de classes.

Nessa mesma linha interpretativa, Engels (2000) demonstra que o próprio surgimento das classes sociais está relacionado com o processo de desenvolvimento da produção dos meios de sobrevivência da sociedade, do amadurecimento das relações de produção e do avanço da divisão social do trabalho (ENGELS, 2000). Assim, o desenvolvimento da luta de classes manifesta as transformações geradas no âmbito da dimensão produtiva social.

Percebe-se que os conflitos existentes entre as classes sociais estão relacionados com o grau de desenvolvimento econômico material e estão no âmago do processo histórico social. A luta entre classes sociais é, portanto, um aspecto fundamental para a realização de qualquer análise que privilegie a necessidade de desvendar a essência da totalidade concreta da sociedade (KOSIK, 2010), inclusive, a realidade apresentada no espaço agrário brasileiro.

Os conflitos entre as classes no espaço agrário perpassam as contradições produzidas e reproduzidas no sistema vigente, apresentando como elemento fundamental

as lutas existentes entre camponeses e proletários *versus* classe dominante. O conflito entre as classes não está presente apenas nos antagonismos existentes entre as classes especificamente capitalistas, mas, também, nas classes não especificamente capitalistas, a saber, os camponeses.

Dessa forma, a luta de classe no espaço agrário pressupõe o entendimento da permanência do campesinato no sistema capitalista. A reprodução camponesa não foi superada com o processo de desenvolvimento do modo de produção vigente. Pelo contrário. O camponês continua a existir e é constantemente transformado numa dinâmica que expressa sujeição e oposição, de forma dialética:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir [...] (SHANIN, 2005, p. 9).

É no bojo de tais relações que as lutas de classe no espaço agrário foram analisadas. Não consideramos os camponeses apenas como sujeitos históricos que apresentam um modo de vida com algumas singularidades; os consideramos como uma classe social que está em constante conflito com a classe dominante.

De acordo com Shanin (2008), para definir o camponês como classe social é fundamental considerar a capacidade de luta que os mesmos apresentam, com o intuito de defender os seus objetivos específicos que são antagônicos aos interesses de outras classes sociais. Esta característica, aliada a situação objetiva em que os mesmos se encontram em um determinado momento histórico, faz com que estes, por meio do conflito, possam se constituir como classe social:

As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal. [...]. A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem. A partir desse espírito, eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não (SHANIN, 2008, p. 36-37).

Os camponeses, portanto, apresentam uma dimensão histórica de enfrentamento que os caracterizam. No Brasil, tais lutas históricas se manifestam nos conflitos existentes

no espaço agrário, relacionados com a função que o latifúndio possui para a classe dominante:

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p. 58-59).

Dessa maneira, compreende-se que no caso brasileiro, os conflitos entre os camponeses e a classe dominante estão relacionados ao caráter rentista que o capitalismo assumiu no país, “o que revestiu aqui o processo do capital de singularidades históricas que o diferenciam substantivamente” da dinâmica de acumulação do capital em outras regiões do mundo (MARTINS, 2010, p. 20). O aspecto rentista do desenvolvimento do capitalismo no campo é um elemento importante para o entendimento da luta de classe presente no espaço agrário brasileiro, uma vez que

[...] no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Nesse sentido, Oliveira (2001) destaca que o processo de modernização do campo brasileiro, não implicou a transformação homogênea e irrevogável dos latifundiários em capitalistas, “mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários” (OLIVEIRA, 2001, p. 186). Assim, ao considerar o caráter da propriedade privada da terra⁸ no Brasil, ressalta-se que a mesma está vinculada aos interesses da classe dominante:

A luta pela terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento do modelo expropriador e excludente impresso secularmente no latifúndio, e nos setores modernizados/mecanizados e agroexportador. Mesmo com o passar dos tempos este modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Sendo esses latifúndios marca da elite ruralista brasileira, expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando

⁸ Conforme apontado por Fernandes (1999), a propriedade privada da terra, no capitalismo, pode ser entendida como uma relação social que envolve processos de trocas, mediações, contradições e “sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc. (FERNANDES, 1999, p. 29).

de forma combinada a expropriação e a exclusão. À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

Fica claro, conforme apontado por Valenciano e Thomaz Júnior (2002), que no Brasil, a concentração fundiária, combinada com a expropriação e a exclusão de trabalhadores assalariados e camponeses, foi necessária, inclusive, para a manutenção dos interesses da classe dominante para o processo de acumulação do capital.

A concentração de terra no campo brasileiro, entendida como parte do desenvolvimento do capitalismo tem gerado, conforme analisado por Valenciano e Thomaz Júnior (2002), a pauperização das condições de vida dos sujeitos que dependem da terra para sobreviver:

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, onde a crise social desponta como resposta a essas transformações. Este desenvolvimento trouxe ainda consequências estruturais que se anuncia na deterioração das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, conseqüentemente, dando margem aos crescentes conflitos pela aquisição de terra. Os conflitos revelam ao longo da história o distorcido quadro de trabalhadores rurais sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas, culturais, etc (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

Dessa forma, compreende-se que a propriedade privada da terra no espaço agrário brasileiro não pode ser analisada “como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista”, e sim, parte constitutiva do mesmo (OLIVEIRA, 2001, p. 187). As lutas realizadas por terra e trabalho no Brasil, expressam a negação das condições desiguais de apropriação da riqueza material da sociedade realizada pela classe dominante.

É a partir desta análise que as lutas no campo podem ser compreendidas como uma das manifestações dos conflitos existentes entre as classes sociais. O mesmo desenvolvimento que exclui e segrega camponeses também gera, contraditoriamente, as possibilidades concretas para o surgimento de diversas formas de enfrentamento contra os projetos do capital.

Entende-se que o processo de luta pela terra realizado pelos camponeses no município de Barra do Choça também expressa tais antagonismos existentes entre as

classes sociais no campo brasileiro. No caso do Assentamento Cangussu, a questão da luta de classe pode ser evidenciada durante toda a trajetória de constituição do assentamento e na construção de memórias que demonstram as divergências existentes entre a classe camponesa e a classe dominante.

Nesse sentido, se faz necessário analisar a luta realizada durante a ocupação do referido assentamento do ponto de vista da memória dos assentados do Cangussu, entendendo que esta estabelece oposição aos interesses da classe dominante para o campo brasileiro.

MEMÓRIA E LUTA PELA TERRA: A LUTA DE CLASSES NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO CANGUSSU – BA

Conforme exposto no primeiro momento deste artigo, considera-se que os conflitos por terra historicamente realizados no campo brasileiro, materializam, também, os antagonismos existentes entre os interesses “por um lado, dos capitalistas” e “dos proprietários fundiários” (que vivem do lucro e da extração da renda da terra, respectivamente) “*versus* os interesses dos trabalhadores assalariados e camponeses – que vivem do trabalho no campo” (SOUZA, 2009, p. 1).

Assim, por se configurar como um importante aspecto para a compreensão da resistência camponesa no sistema vigente, entende-se que a luta pela terra marca a construção da memória coletiva desses sujeitos e reforça os antagonismos que os mesmos apresentam com relação a classe dominante. A memória constituída a partir da luta pela terra realizada pelos camponeses de maneira geral, mas, sobretudo pelos camponeses do Assentamento Cangussu, pode se constituir como uma forma de memória subterrânea, uma vez que se confronta diretamente com os interesses da classe dominante e com a sua memória. No entanto, antes de compreender o papel que a memória da luta pela terra possui para a reprodução social camponesa, faz-se necessário explicitar o que se entende por memória.

A questão da memória em suas diversas possibilidades analíticas tem promovido intensos debates em diferentes ramos científicos. No âmbito das ciências sociais, no entanto, observa-se que as elaborações teóricas de Halbwachs (2006) assumem relevância.

Ao priorizar a questão da memória em suas análises, Halbwachs (2006) desenvolve o conceito de memória coletiva. Fundamentado em uma perspectiva durkheimiana, este

autor compreende que o caráter coletivo que estrutura a memória ultrapassa o aspecto puramente individual do ser (HALBWACHS, 2006). Mesmo a memória individual presente nos sujeitos é proveniente da interligação singular de determinados grupos.

A concepção de Halbwachs (2006), apresenta, assim, a memória coletiva como uma construção social. Ela não é produto de um indivíduo apenas, mas das relações construídas entre todos os indivíduos que constituem um grupo.

Na perspectiva de Halbwachs (2006), os sujeitos só podem resgatar suas lembranças, na medida em que os mesmos constituem parte de um grupo social. Assim, a memória coletiva se configura enquanto uma memória do próprio grupo:

Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. É por exemplo, um fato cuja realidade não é discutível. Trazem-nos algumas provas exatas de que tal acontecimento produziu-se, que ali estivemos presentes, que dele participamos ativamente. Entretanto essa cena nos permanece estranha, como se outra pessoa estivesse em nosso lugar. [...] ainda que esse fato possa ser localizado no tempo e no espaço, mesmo que parentes ou amigos disso me fizessem uma descrição exata, acho-me em presença de um dado abstrato, para o qual me é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não lembro de nada. [...] Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. [...] Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu (HALBWACHS, 2006, p. 32-33).

Comprendemos que a lembrança de um indivíduo evidencia a ocorrência de um acontecimento e a presença de um ator. Entretanto, para que o indivíduo tenha acesso às lembranças, a presença das testemunhas é necessária, mas em si, não é suficiente. Isso porque, para Halbwachs (2006), o ato de lembrar depende da inserção de tal indivíduo em grupos de referência.

O ato de se lembrar de qualquer indivíduo está sempre relacionado ao grupo de referência que o mesmo está inserido. Segundo Schmidt e Mahfoud (1993), o grupo de referência, na perspectiva halbwachiana, pode ser definido como:

[...] um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

Assim como o ato de lembrar, o fato de um indivíduo se esquecer também está relacionado com o grupo de referência. Se um indivíduo perde o referencial do grupo no qual estava inserido, conseqüentemente, haverá um processo de esquecimento:

Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que não revimos mais. Nosso pensamento estava ao mesmo tempo mais perto e mais distante deles. Conversávamos com eles. Com eles, nós nos interessávamos pelos detalhes do caminho e os diversos incidentes da viagem. Mas, ao mesmo tempo, nossas reflexões seguiam um curso que lhes escapava. Trazíamos conosco, com efeito, sentimentos e ideias que tinham sua origem em outros grupos, reais ou imaginários: é com outras pessoas que nos entretínhamos interiormente, percorrendo esse País nós o povoávamos, em pensamentos, com outros seres: tal lugar, tal circunstância tomavam então a nossos olhos um valor que não podiam ter para aqueles que nos acompanhavam. Mais tarde, talvez, nós reencontraremos um deles, e ele fará alusão a particularidades dessa viagem da qual se recorda e da qual deveríamos nos lembrar, se tivéssemos permanecido em relação com aqueles que a fizeram conosco e que, entre eles, dela falaram muitas vezes depois. Mas nós esquecemos tudo o que ele evoca e que se esforça em vão para nos fazer lembrar. [...]. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu (HALBWACHS, 2006, p. 38-40).

É evidente que para Halbwachs (2006), lembrar ou esquecer está sempre condicionado às relações de grupos. Assim, embora a questão das recordações se vincule diretamente ao indivíduo, e a questão da memória, se vincule diretamente aos grupos, ambos estabelecem uma relação indissociável.

Comprendemos que a memória coletiva, para Halbwachs (2006), pode ser entendida como um processo que reconstrói o passado a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos que configuram o grupo no presente. Trata-se de um “resgate” de “acontecimentos e vivências do passado” no “contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Ressaltamos ainda que na análise halbwachiana da memória, todo grupo possui uma racionalidade que solda, justifica e diferencia o mesmo de outros grupos. Esta racionalidade, entendida como coesão, é também realizada pela memória coletiva que, ao conter aspectos que são comuns ao grupo, reforçam os sentimentos de identidade de seus integrantes.

Entende-se que no debate realizado por Halbwachs (2006), as memórias coletivas e os grupos nos quais estas estão vinculadas, evidenciam, sobretudo, relações marcadas por estabilidade, coesão e pertencimento. Assim, ainda que para o autor, a memória coletiva possua uma raiz social, esta não exprime as contradições que fundamentam a sociedade, especialmente no contexto do modo de produção capitalista.

Considera-se fundamentais as contribuições de Halbwachs (2006) acerca do debate da memória no campo das ciências sociais, sobretudo no que concerne a perspectiva de analisar a memória como uma construção social. No entanto, destacamos que a compreensão da importância da memória da luta pela terra perpassa pelo entendimento de que esta memória, assim como outros processos, também exprime os interesses antagônicos que movem a luta de classes.

Nesse sentido, como o conceito de memória coletiva, apresentado por Halbwachs (2006) prioriza a estabilidade, a harmonia e a constância na configuração dos grupos e da memória, optou-se por analisar a questão da memória da luta pela terra construída pelos sujeitos do Assentamento Cangussu a partir das contribuições de Pollak (1989).

Inicialmente, porém, destaca-se que as contribuições de Pollak (1989) apresentam alguns aspectos em comum com as análises desenvolvidas por Halbwachs (2006). De acordo com Rios (2013):

Em linhas gerais, tanto Pollak como Halbwachs apontam a memória como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social. Por ser uma construção, a memória envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva. Ambos os autores definem a memória como uma construção do passado realizada no presente. Ela seria, então, variável, e também múltipla, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de recordações. Por fim, Pollak e Halbwachs apontam o papel fundamental da memória para a criação do sentimento de identidade. Existem, portanto, continuidades importantes na comparação das obras desses autores. Porém, existem também diferenças cruciais [...] (RIOS, 2013, p. 8).

De acordo com Rios (2013), as concepções de Halbwachs e Pollak acerca da memória coletiva possuem alguns pontos de similaridade. Para ambos, a memória é coletiva e fundamentalmente social; para eles, a memória coletiva é uma reconstituição do

passado efetivada no presente; e para ambos, a memória é fundamental para a criação da identidade. No entanto, no nosso entendimento, Pollak avança no debate, ao considerar que a memória é também marcada pela disputa de interesses de diferentes grupos.

De acordo com Pollak (1989), a questão dos conflitos que envolvem a construção da memória, passam a ser objeto importante de análise. Entender a memória coletiva considerando os processos e atores que, possuindo interesses por vezes antagônicos, influenciam a constituição e formação das memórias, permite-nos compreender que a mesma é um campo de disputa:

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

Por meio da constatação de que existe uma disputa de interesses também no campo da memória, Pollak (1989) desenvolve a análise de que, no bojo das diversas memórias coletivas, existem duas que estabelecem uma relação de oposição: as memórias subterrâneas e as memórias institucionalizadas⁹, que assumem uma posição de hegemonia.

As memórias subterrâneas, segundo a proposta desenvolvida por Pollak (1989), são memórias provenientes de “grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, etc” (RIOS, 2013, p. 12). Entende-se que, embora neste artigo se tenha optado pelo conceito de classe social para analisar as relações presentes no Assentamento Cangussu, a interpretação de que existem grupos marginalizados que constroem memórias igualmente marginalizadas permite uma compreensão da importância da memória da luta pela terra no assentamento em questão.

Assim, destaca-se que o conceito de memória subterrânea possui dois elementos centrais, fundamentais para a análise da memória da luta pela terra no Cangussu e da vinculação desta aos conflitos existentes entre as classes sociais (camponeses *versus* classe dominante). O primeiro elemento é que tal memória faz oposição à memória coletiva que

⁹ De acordo com Pollak (1989), a memória coletiva institucionalizada pode ser definida como a memória coletiva que irá representar o conjunto da sociedade num contexto nacional, assumindo, portanto, uma posição de hegemonia. Assim, a “memória coletiva” institucionalizada “[...] resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

exerce um poder de hegemonia e, por isso, contestam também os interesses por traz da perpetuação de uma memória institucionalizada. O segundo elemento refere-se a questão do silenciamento, processo que incentiva os grupos dos quais as memórias subterrâneas estão vinculadas a realizarem estratégias contra o esquecimento destas memórias.

Com relação ao primeiro aspecto, Pollak (1989) afirma que os conflitos e disputas sobre a memória geralmente apresentam a contestação de uma memória coletiva oficial já cristalizada.

Tomemos, a título de ilustração, o papel desempenhado pela reescrita da história em dois momentos fortes da destalinização, o primeiro deles após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Krushev denunciou pela primeira vez os crimes estalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira etapa da destalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações (das quais a mais importante foi a revolta húngara) que se apropriaram da destruição das estátuas de Stalin e a integraram em uma estratégia de independência e de autonomia. [...]. Embora tivesse arranhado o mito histórico dominante do "Stalin pai dos pobres", essa primeira destalinização não conseguiu realmente se impor, e com o fim da era krushevista cessaram também as tentações de revisão da memória coletiva. Essa preocupação reemergiu cerca de trinta anos mais tarde no quadro da *glasnost* e da *perestroika*. Aí também o movimento foi lançado pela nova direção do partido ligada a Gorbachev. Mas, ao contrário dos anos 1950, essa nova abertura logo gerou um movimento intelectual com a reabilitação de alguns dissidentes atuais e, de maneira póstuma, de dirigentes que nos anos 1930 e 1940 haviam sido vítimas do terror estalinista. Esse sopro de liberdade de crítica despertou traumatismos profundamente ancorados que ganharam forma num movimento popular que se organiza em torno do projeto de construção de um monumento à memória das vítimas do estalinismo (POLLAK, 1989, p. 2-3).

Embora existam inúmeros outros elementos que podem ser destacados nesta análise que não estão relacionados com a proposta deste artigo, compreendem-se que Pollak (1989), ao utilizar esse exemplo, evidencia que tal disputa da memória entra em conflito direto com os “tabus conservados pela memória oficial anterior” e, portanto, também apresenta oposição aos interesses por trás da manutenção de uma dada memória (POLLAK, 1989, p. 3).

No caso do Assentamento Cangussu, a memória do processo de conquista da terra que tais sujeitos apresentam, demonstram uma forte oposição ao discurso de superação dos antagonismos que constituem o espaço agrário brasileiro, bem como da inexistência da luta de classes na sociedade contemporânea.

O Assentamento Cangussu é produto de um processo de ocupação que ocorreu no dia 1º de junho de 1997. Conforme apontado por Souza (2008), as terras constituíam parte de um latifúndio:

[...] a área fazia parte do mesmo Complexo Pau-Brasil, que pertenceu ao latifúndio do Coronel Pompílio Nunes. Com o tempo, estas terras foram sendo divididas por meio de herança, ou mesmo de vendas, tornando-se bastante valorizadas na década de 1970 em diante, em função de estarem localizadas nas terras definidas pelo Governo do estado da Bahia como Perímetro do Café, como terras propícias a expansão deste cultivar (SOUZA, 2008, p. 601).

Nesse sentido, aponta-se, novamente, que as formas de luta pela terra que vem sendo realizadas pelos camponeses, em especial, no caso do Assentamento Cangussu, evidenciam um conflito entre classes sociais. Os camponeses que participaram da ocupação das terras do latifúndio que pertenceu ao Coronel Pompílio Nunes, materializaram um confronto contra a lógica da concentração fundiária que, como vimos, está intrinsecamente relacionada com os interesses da classe dominante no contexto brasileiro.

O processo de ocupação de terras durou cerca de um ano, e para que a terra pudesse ser conquistada pelos sujeitos que participaram da luta, foi necessário a realização de frentes de mobilização política, tanto para a escolha da propriedade a ser ocupada, quanto para pressionar o Estado para conceder a emissão de posse, conforme destaca um assentado que participou do processo de ocupação:

A ocupação aconteceu em [...] 1997, às 4 horas da manhã. O movimento descobriu que as terras poderiam ser ocupadas através da frente de massa. Eu participei da frente de massa uns 13 anos. A frente de massa faz uma avaliação das terras por aí, para saber se elas são produtivas ou não. Assim, quando a gente tem certeza, a gente ocupa a terra. Essa terra podia ser ocupada e a gente então ocupou. Depois que ocupamos a terra [...], nós lutamos muito para conquistar a emissão de posse. Fizemos a 1ª Marcha para reivindicar as terras caminhando a pé de Camaçari a Salvador. Fizemos outras marchas também [...]¹⁰.

Conforme demonstra esta narrativa, a organização em frentes de mobilização foram fundamentais para efetivar o processo de ocupação das terras. Segundo entrevista realizada junto a direção de brigada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST de Vitória da Conquista, embora houvesse um interesse do antigo proprietário em negociar as terras junto com o Estado, estas frentes de luta foram necessárias para acelerar a emissão de posse pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁰ Entrevista concedida em 11/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

O fato de haver um interesse do antigo proprietário do latifúndio de negociar as terras com o Incra, não impediu que o Estado, enquanto representante dos interesses da classe dominante, reprimisse o processo de ocupação. De acordo com uma entrevista cedida durante a pesquisa de campo:

Nós ocupamos em [...] 1997. Tomamos um despejo no ano seguinte. Logo no primeiro semestre do ano seguinte. Tomamos um despejo onde as famílias estavam organizadas num barraco de lona, com muita produção. Foi surpresa para a gente, não sabíamos do despejo. A gente só percebeu quando as crianças aqui do acampamento começaram a gritar e falar que estava tendo despejo. Aí tomamos despejo num dia de quinta-feira, um despejo longo que começou na quinta-feira, por volta das 6h da manhã e foi até a sexta-feira, por volta da 18hs. Aí na madrugada de segunda-feira a gente reocupou a mesma área. Antes o acampamento era no fundo da fazenda, quando a gente reocupou a gente reocupou a frente da fazenda, justamente onde é a agrovila hoje. E aí, em poucos meses que a gente reocupou a área, uma caminhada que fizemos de Vitória da Conquista a Salvador, essa não foi a primeira marcha, mas foi a única das regiões até a capital¹¹.

Assim, segundo tal narrativa, fica evidente que os conflitos realizados historicamente pelos sujeitos que objetivam conquistar uma terra de trabalho no Brasil e, como é o caso desta pesquisa, no município de Barra do Choça, se opõem diretamente aos interesses da classe dominante no campo. Nesse sentido, consideramos que a rememoração da luta que os camponeses do Assentamento Cangussu apresentam, demonstra que os conflitos existentes entre as diferentes classes sociais também se manifestam no plano das memórias coletivas. Dessa maneira, entende-se que as memórias deste processo de luta são memórias subterrâneas.

Os camponeses do Assentamento Cangussu vivenciaram inúmeras outras dificuldades durante o processo de ocupação. Dentre tais dificuldades, as principais ressaltadas foram: o processo de criminalização da luta pela terra e as adversidades enfrentadas ao permanecerem acampados em barracos de lona. De acordo com entrevista realizada na pesquisa de campo:

Primeiro, naquela época foi a aceitação das pessoas, principalmente do pessoal da região por conta da contra-informação que tinha por parte da mídia. Tipo assim, que os sem-terra iam chegar e ocupar as casas dos pequenos agricultores, ia ocupar todas as áreas, era uma contra-informação do que era aquela atividade, essa foi uma das primeiras dificuldades. A outra dificuldade é você estar num processo de baixo de um barraco de lona com muitas dificuldades, até do ponto de vista de se manter, até começar a fazer roça para tirar dali o sustento¹².

¹¹ Entrevista concedida em 28/08/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

¹² Entrevista concedida em 28/08/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

De acordo com este relato, o processo de luta pela conquista do Cangussu, também se constitui como uma estratégia de resistência ao discurso ideológico de criminalização da luta pela terra. Como já foi destacado anteriormente, o latifúndio no Brasil é parte das irracionalidades que configuram o desenvolvimento do capitalismo no país (OLIVEIRA, 2007). Considera-se que criminalizar as formas de luta pela terra realizada pelos camponeses, é um dos instrumentos ideológicos que a classe dominante utiliza para manter o controle sobre a propriedade capitalista da terra. Ainda no plano da memória, portanto, a memória da luta pela terra também possui uma função de resistência.

O processo de ocupação das terras que constituem o Assentamento Cangussu chega ao fim em 15 de outubro de 1998, com a emissão de posse concedida pelo Incra. Sessenta famílias foram assentadas numa área de 867 hectares. A produção dos assentados é diversificada, e apresenta o cultivo do café como principal produto voltado para a comercialização (SOUZA, 2008).

O Assentamento Cangussu é produto de intensas lutas e reivindicações realizadas pelos camponeses mobilizados pelo MST. Conforme evidenciado nos relatos, o processo de luta pela terra marca a memória destes sujeitos, ao mesmo tempo em que esta memória também exprime os conflitos realizado por camponeses *versus* a classe dominante.

Na perspectiva de Pollak (1989), devido ao caráter opositivo que as memórias subterrâneas apresentam com relação a uma memória coletiva institucionalizada, as memórias subterrâneas são constantemente submetidas a um silenciamento, devido a sua condição de marginalidade. Esse silenciamento, no entanto, não conduz ao esquecimento, uma vez que:

[...] a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3).

As lembranças que se opõem à memória oficial não conduzem ao esquecimento. Devido a sua condição de marginalidade, estes grupos desenvolvem mecanismos para que estas lembranças não sejam esquecidas e, assim, reforçam a sua memória. Para Pollak (1989), esses mecanismos são geralmente por meio da oralidade.

Embora os mecanismos utilizados no Assentamento Cangussu contra o esquecimento ultrapassem a questão da oralidade, entende-se que as contribuições de Pollak (1989) ajudam a compreender a relação entre memória, luta de classe e luta pela terra no Cangussu. As lembranças que os assentados possuem acerca da luta pela terra também são manifestadas nas estratégias que estes sujeitos realizam contra o esquecimento da memória construída durante a luta. Nesse sentido, com o objetivo de denunciar a violência dos conflitos por terra na Bahia e evitar que tais eventos sejam esquecidos, os assentados intitulam as salas de aula do Colégio Estadual do Campo Lucia Macedo com o nome de militantes que morreram nos conflitos pela terra (figuras 2 e 3).

Figura 2: Sala de aula com o nome de camponesa que faleceu durante conflito de luta pela terra



Fonte: FIALHO, Aline Farias. Trabalho de campo, 2017.

Figura 3: Sala de aula com o nome de camponês que foi assassinado durante processo de luta pela terra



Fonte: FIALHO, Aline Farias. Trabalho de campo, 2017.

As figuras 2 e 3 demonstram as salas de aula do Colégio Estadual do Campo Lucia Macedo do Assentamento Cangussu. De acordo com entrevistas realizadas durante a pesquisa empírica, o objetivo central em intitular as salas de aula com os nomes dos camponeses que morreram nos conflitos pela terra é não permitir que a luta efetuada por estes seja esquecida:

Os nomes das salas são tudo em homenagem às pessoas que já faleceram. Maria Zilda faleceu no Mocambo, no conflito que teve lá. Professor Fábio Santos foi morto em uma emboscada em Iguai. Foi morto com quinze tiros, na presença da esposa e da filhinha. Ele era da frente e o pessoal não gostava dele por causa disso. Aí armaram uma emboscada para ele lá [...]. A gente não pode esquecer do que eles fizeram para a gente¹³.

As mortes citadas no relato demonstram que a violência é, de fato, uma marca presente nos conflitos por terra no Brasil. De acordo com Oliveira (1996), o assassinato de camponeses e dos demais sujeitos envolvidos na luta “por um pedaço de terra no território do latifúndio”, como “líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados” tem sido constante, e não é um fenômeno recente (OLIVEIRA, 1996, p. 19). Neste relato, a necessidade de não esquecer é realizada pela utilização do espaço da escola, mostrando que estes camponeses produzem e perpetuam uma memória da luta pela terra.

Essa prática reforça a importância da luta pela terra e de como a memória se apresenta nesse processo. Ao intitular as salas de aula com o nome de camponeses que

¹³ Entrevista concedida em 17/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

morreram durante o processo de conquista da terra, estes sujeitos reforçam na sua memória um posicionamento de oposição à classe dominante, por meio de uma negação do esquecimento da violência que marca a trajetória de luta pela terra dos camponeses do Assentamento Cangussu.

Ressalta-se ainda que o processo de ocupação do assentamento, conforme as narrativas das entrevistas apresentadas neste artigo, revelam a existência de uma memória subterrânea que só pode ser entendida, na sua essência, por meio da análise das divergências que marcam o processo de luta de classes no espaço agrário brasileiro. Nesse sentido, as dificuldades memoradas durante a ocupação da terra relatadas pelos assentados não evidenciam somente uma disputa que se estabelece no âmbito da memória, mas também antagonismos irreconciliáveis entre as classes camponesa e dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de luta de classes que marca o desenvolvimento histórico da sociedade, sobretudo a partir do surgimento da propriedade privada, foi um elemento importante para a compreensão das relações entre luta pela terra e memória no Assentamento Cangussu – BA. Os conflitos que o campesinato tem realizado, historicamente, apresentam uma série de enfrentamentos que não só visam a conquista da terra, mas também estabelecem oposição aos projetos do capital.

Destaca-se que os conflitos por terra no espaço agrário brasileiro revelam, portanto, as desigualdades existentes no processo de apropriação da riqueza material pela classe dominante. Dessa forma, a luta pela terra empreendida pelos camponeses pode ser entendida como uma manifestação dos antagonismos existentes entre estes e a classe dominante. Ao lutar pela terra, a classe camponesa nega a lógica de concentração fundiária e garante a perpetuação da sua condição de vida.

É a partir da importância da luta pela terra que consideramos que o processo de ocupação realizado pelos camponeses do Assentamento Cangussu – BA constrói uma memória de enfrentamento que se opõem, em alguns níveis, aos interesses da classe dominante. Dessa maneira, a memória constituída a partir da ocupação da terra efetuada pelos assentados, ao apresentar as diversas dificuldades vivenciadas durante a conquista da terra, se contrapõe aos discursos de negação das contradições do sistema capitalista, difundido pela classe dominante com o suporte do Estado burguês.

As lembranças relacionadas as memórias subterrâneas são constantemente impelidas ao silenciamento, por apresentarem elementos dispares com relação a uma memória institucionalizada. No entanto, este silenciamento não conduz ao esquecimento, devido as estratégias realizadas pelos grupos dos quais estas memórias subterrâneas estão vinculadas. No Assentamento Cangussu, a principal estratégia contra o esquecimento é intitulação das salas de aula com o nome de camponeses que morreram durante o processo de conquista da terra. Assim, por meio de tais mecanismos, estes sujeitos reforçam a memória da luta pela terra e estabelecem, também, uma oposição no plano da memória, a lógica de acumulação sociometabólica do capital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Escala, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, Jan./Jun., 2008. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Encontro de São Lázaro**, 2, 2011, Salvador.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Rev. Estudos Avançados**, [S.I.], v.15, n.43, 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos Memória**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RIOS, FÁBIO. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, vol 5, n. 1, 2013.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. In: **Revista USP Psicologia**, São Paulo, vol. 4, n. 1-2, 1993.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez., 2005. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 25-26.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. 2008. 718f. Tese (Doutorado em Geografia), NPGEIO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2008.

_____. Luta de classes no campo e a construção do território camponês. In: **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agraria - SINGA**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, Junho, 2008. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1651/1582>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe?. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, Agosto, 2002. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792/815>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

Submetido em: maio de 2018.

Aceito em: agosto de 2018.